

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o Ministro Almirante Bento Costa Lima Leite de Albuquerque Junior ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Boa notícia para a cultura	2
Título: Governo escolhe almirante para presidir Conselho da Petrobras.....	2
Título: Brasil permanece sem estratégia para a China, o seu maior parceiro	5
Título: Subsídio cruzado é imposto oculto	6
Título: Brasil negocia com UE exclusão do sistema de cotas para o aço	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	9
Título: Mais Álcool.....	9
Título: Secretário do Petróleo sob Temer é renomeado para o cargo	10
Título: Almirante vai presidir o conselho da Petrobras.....	10
Título: Militares ampliam participação na área econômica com Bolsonaro.....	12
Título: Colômbia quer criar bloco para substituir Unasul	15
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	16
Título: Muito além do licenciamento ambiental.....	16
Título: Luzes.....	17
Título: Militar vai chefiar conselho da Petrobrás	18
Título: Funai para processos de licenciamento ambiental.....	19
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	21
Título: Risco ao abastecimento	21
VEÍCULO: Valor Econômico.....	22
Título: Embrapii busca recurso extra para financiar mais projetos	22
Título: Brasil pede que UE exclua dois itens da restrição ao aço	23
Título: Militares reforçam equipe do Planalto	24

Título: Petrobras terá chairman militar.....	26
Título: Na Marinha, avanços com menos recursos	29
Título: Destaques	30
Título: State Grid avalia leilões e aquisições em busca de novas obras	31
Título: Alta de custos afeta resultados das usinas	32

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Marina Caruso

Título: Boa notícia para a cultura

Após a Lava-Jato, a **Petrobras** começa, aos poucos, a reabrir as torneiras para a cultura . Depois de seis anos de seca nas seleções nacionais, abriu chamada pública para a área de música e recebeu 2.200 projetos. Pretende investir R\$ 10 milhões nos selecionados, que serão conhecidos dia 28 de fevereiro. Também lançará editais para teatro e audiovisual.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/01/2019

Seção: Economia

Autor: Rennan Setti E Manoel Ventura

Título: Governo escolhe almirante para presidir Conselho da Petrobras

Lista de indicados tem geólogo que já foi multado pela CVM por uso de informação privilegiada, mas contesta punição na Justiça

BRASÍLIA E RIO- O governo indicou ontem três novos membros para o Conselho de Administração da Petrobras, entre eles Eduardo Bacellar Leal Ferreira, que comandou a Marinha até semana passada. O almirante de esquadra, que tem uma relação próxima com o presidente Jair Bolsonaro, deve presidir o colegiado. Segundo a Petrobras, desde 1979 um militar não chefiava o conselho da estatal.

O colegiado passará a ser composto também pelo economista João Cox, presidente do conselho da TIM, e pelo geólogo John Forman, ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

As nomeações ocorrem após os conselheiros Luiz Nelson Carvalho e Francisco Petros terem renunciado aos cargos em 1º de janeiro. Ontem, Durval José Soledade Santos pediu para deixar o conselho em 4 de fevereiro. Desde dezembro, ainda na transição, integrantes da equipe de Bolsonaro vinham pressionando conselheiros a renunciar, com o objetivo de conseguir renovar parte do colegiado antes do fim dos mandatos, em 2020. A intenção é deixar o conselho mais alinhado à visão do atual comando da empresa. Um dos alvos é o conselheiro Segen Estefen, que se mantém no cargo.

O Conselho de Administração é o órgão responsável pelas decisões estratégicas da Petrobras. Já nos próximos meses, caberá aos conselheiros decidir sobre o desfecho de uma negociação crucial para as contas públicas e para a saúde financeira da Petrobras: a revisão do contrato da cessão onerosa, pelo qual a estatal obteve o direito de explorar até cinco bilhões de barris numa região do pré-sal.

A revisão pode render cerca de US\$ 14 bilhões à estatal, segundo previsões deixadas pelo governo anterior, mas a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, estaria pressionando para que o valor seja menor, já que sairá do Tesouro.

MILITAR AMIGO DE BOLSONARO

"Foi um ciclo que se encerrou. Uma nova era se inicia com uma visão estratégica de longo prazo e objetivo de geração de valor para os acionistas e para o Brasil. As modificações na administração da Petrobras refletem a nova orientação", afirmou o presidente Roberto Castello Branco em comunicado divulgado ontem pela estatal. O texto ressaltou que a nova composição do conselho, que tem 11 membros, manterá o percentual mínimo de 40% de membros independentes.

— A empresa está na direção correta e talvez agora, com apoio político em Brasília, possamos acelerar na direção em que já estávamos — comemorou um conselheiro antigo da estatal.

— O objetivo do novo conselho será melhorar os resultados do negócio e aumentar o foco no pré-sal, que é muito rentável.

A indicação do almirante Leal Ferreira para o Conselho foi atribuída por quem o conhece à sua experiência mais estreita com a Petrobras quando atuou como diretor de Portos e Costas, responsável por tarefas como a segurança em áreas de plataformas. Leal Ferreira conheceu o presidente da estatal, Castello Branco, apenas recentemente, mas teve contato direto com administradores anteriores da Petrobras durante sua carreira na Marinha.

— Ele chega também trazendo a visão estratégica de quem comandou uma estrutura complexa como a Marinha e para seguir a visão que o governo tem sobre a empresa, de preservação do papel estratégico da Petrobras — disse uma fonte próxima a Ferreira.

O almirante é considerado um amigo pessoal de Bolsonaro e, no Rio, mora próximo à casa do presidente na Barra da Tijuca, Zona Oeste. Ainda no ano passado, ele chegou a ser convidado para assumir a pasta da Defesa, mas recusou o convite por razões familiares. Mesmo após a recusa, Bolsonaro disse, em novembro, que "ele não se afastará do meu radar, sempre o procurarei para que boas decisões sejam tomadas, em especial na área da nossa Marinha."

No entanto, o perfil do almirante, que deverá ser indicado para a presidência do conselho no lugar de Jerônimo Antunes — que assumiu interinamente com a saída do professor da USP Luiz Nelson Carvalho — não agradou a todos.

— Não vejo como sua experiência na Marinha possa dialogar com a indústria de petróleo — criticou uma fonte que atua na gestão da Petrobras.

Os nomes indicados ainda serão submetidos à aprovação dos procedimentos de governança da Petrobras, ao próprio conselho e a uma assembleia de acionistas. A próxima reunião está marcada para o fim de janeiro.

John Forman, mestre em geologia pela Universidade Stanford, nos EUA, já presidiu a Nuclebrás e foi diretor da ANP. Em 2016, foi multado em R\$ 338,5 mil pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) por uso indevido de informação privilegiada (insider trading) com ações da petroleira hRt (atual PetroRio) em 2013. Na época, ele era conselheiro da companhia.

— Não fiz nada de errado e, inclusive, não paguei a multa e entrei com um processo na Justiça contra a CVM questionando o julgamento. Fui acusado de

ter evitado prejuízo com informação privilegiada, mas só vendi 23% dos papéis que tinha. Ou seja, tomei prejuízo com o restante. Não faz sentido — defendeu-se Forman, que fora sondado para o conselho da Petrobras pelo atual **ministro de Minas e Energia, Bento albuquerque**, ainda no fim do ano passado.

João Cox é economista, especializado em economia petroquímica pela Universidade de Oxford. É hoje conselheiro da Braskem, na qual a Petrobras tem 49% do capital, e também esteve no colegiado da Embraer. No setor de telecomunicações, presidiu a Claro até 2010.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/01/2019

Seção: Economia

Autor:

Título: Brasil permanece sem estratégia para a China, o seu maior parceiro

O nível de produção e emprego em 11 estados brasileiros depende do rumo da economia chinesa

A China reduziu os investimentos no Brasil. Foram US\$ 2,8 bilhões no ano passado, uma queda de 75% em relação aos US\$ 11,3 bilhões de 2017. Esse declínio pode ser explicado, em parte, pela afluência de capitais chineses à **privatização do setor elétrico**, quando houve duplicação de investimentos.

Mesmo desconsiderando-se o fluxo atípico de 2017, constata-se uma relevante redução no ano passado: 47% a menos do que em 2016, quando o aporte foi de US\$ 5,3 bilhões. A China se tornou o principal destino das exportações brasileiras nesta década. Compra mais do que os Estados Unidos, a União Europeia e a América Latina. O nível de produção e emprego em 11 estados depende do rumo da economia chinesa.

Há muito tempo o Brasil definiu prioridades e a dinâmica das relações com os Estados Unidos, aliado histórico e parceiro fundamental. A China, no entanto, permanece um enigma na política externa brasileira. Pequim definiu uma política de negociações no início do milênio. Tem avançado na construção de uma rede de acordos de livre comércio, com o objetivo de garantir a segurança energética e alimentar dos seus 1,3 bilhão de habitantes.

Na América do Sul, acertou-se com o Peru e o Chile, e negocia com a Colômbia. No pragmatismo chinês esses acordos não significam apenas negócios, mas também projeção de poder político e econômico, sempre em contraponto à liderança americana. A China prefere a trilha do livre comércio, como deixou claro na reunião do G-20, em Buenos Aires. E o Brasil? Qual a melhor estratégia para as relações com o governo, as empresas e a sociedade chinesa?

Em Brasília, nos últimos três governos houve escassa reflexão sobre o tema. Os sinais emitidos pelo atual governo sugerem a perenização da China como enigma na política externa. Isso na melhor das hipóteses, se considerada a retórica do presidente Jair Bolsonaro durante a campanha eleitoral sobre alinhamento automático a Washington na guerra comercial com Pequim.

Não bastasse, há o projeto megalômano e rudimentar anunciado pelo chanceler Ernesto Araújo para uma cruzada contra o "globalismo" e o "comunismo". O governo Bolsonaro ainda tem a chance da aterrissagem no mundo real. Basta focar nos interesses objetivos do país. Bom começo seria avaliar as alternativas com a China para definir, por exemplo, se um acordo sobre investimentos é desejável.

Esse tipo de formulação na política externa leva ao desenvolvimento de estratégias de longo prazo, com resultados positivos nas cadeias produtivas e no nível de emprego do país.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/01/2019

Seção: Artigo

Autor: Ricardo Almeida Ribeiro da Silva

Título: Subsídio cruzado é imposto oculto

No mundo dos negócios, o Brasil ostenta o título de território hostil às empresas e aos investimentos. Grande parte desta fama decorre dos custos e dos riscos tributários e trabalhistas. Entretanto, nas últimas décadas, as tarifas públicas assumiram a liderança no campeonato do "custo Brasil".

O valor das tarifas de serviços públicos tornou-se proibitivo no país, especialmente para os empreendimentos dependentes de fornecimento público ou de licenças para autogeração —como é o caso de energia elétrica e água/esgoto. A situação chegou ao ponto de afugentar empresas tradicionais dos setores de alumínio, embalagens, gases industriais e outros intensivistas nestes insumos, acirrando a desindustrialização.

Por sua vez, as empresas que aqui permaneceram aumentaram vertiginosamente os preços de seus produtos e serviços. O principal fator de aumento decorre de um único mecanismo embutido na estrutura das tarifas públicas do país: o subsídio cruzado.

Trata-se de um valor cobrado das empresas estatais, das concessionárias ou diretamente do consumidor final, mas que não remunera os custos da

prestação do serviço, e sim outros serviços de interesse da União, dos estados ou dos municípios —ou apenas das próprias empresas.

Esse modelo de financiamento de políticas públicas (e também de estratégias empresariais) é antigo, mas no Brasil tornou-se política de Estado a partir dos governos militares, sendo a "fórmula mágica" para aumentar a arrecadação e o financiamento do setor público, sem a necessidade de criar ou aumentar tributos.

Ao invés de se buscarem receitas por meio de impostos, sob a transparência mínima da deliberação orçamentária, apostou-se nos chamados "encargos setoriais", cobrados como acréscimos escondidos nas tarifas públicas —como nos projetos do PLANASA e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND).

Desde então, os encargos setoriais foram mantidos e ampliados por sucessivos governos, acrescentando-se alguns exemplos pitorescos, como o seguro-apagão (FHC), os "riscos hidrológicos" (Dilma) e as recentes "bandeiras tarifárias" (Temer). Isto sem falar na progressividade inexplicável e abusiva das tarifas de água e esgoto.

Hoje, os subsídios cruzados respondem por cerca de 40% do custo médio das tarifas no país, especialmente as de energia elétrica e água/esgoto. A estrutura das tarifas de energia elétrica é a maior aberração de todas. São 12 encargos setoriais, cobrados dos usuários de alta e baixa tensão em todo o país.

Esses custos dobram a conta de diversos consumidores, especialmente do Sul e Sudeste. Encargos conhecidos como P&D e o PROINFA destinam polpudos recursos para investimento em pesquisa e desenvolvimento e em fontes alternativas de energia. Contudo, tais custos não têm qualquer relação com os serviços efetivamente consumidos pelos usuários.

E pior, várias concessionárias sequer aplicaram os valores recebidos nas finalidades para as quais foram (inconstitucionalmente) destinados, distribuindo dividendos aos seus acionistas nos mesmos períodos. Na mesma linha estão as tarifas de água e esgoto: o Brasil ocupa há muito tempo a primeira posição no custo per capita mundial, quando comparados Rio e São Paulo às 130 cidades mais importantes do mundo (cf. The Economist Annual Survey).

Nos últimos dez anos, a companhia paulista distribuiu a acionistas (inclusive no exterior) mais de R\$ 60 bilhões em dividendos. Já a Cedae vem obtendo lucros operacionais anuais na casa de R\$ 1 bilhão, os quais são gastos em obras públicas de interesse dos sucessivos governos estaduais.

Diante do descalabro atual das tarifas públicas, deveria o novo governo buscar reestruturar imediatamente o modelo tarifário brasileiro, pois é nele que se

encontra a mais perversa e oculta carga tributária imposta às empresas e a todos os brasileiros.

Ricardo Almeida Ribeiro da Silva é procurador do município do Rio de Janeiro

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/01/2019

Seção: Economia

Autor: Eliane Oliveira E Daiane Costa

Título: Brasil negocia com UE exclusão do sistema de cotas para o aço

A partir de fevereiro, bloco europeu vai impor sobretaxas de 25% a importações. Indústria ainda não tem estimativa do impacto financeiro das barreiras

BRASÍLIA E RIO- O governo brasileiro mantém consultas com a União Europeia (UE) para tentar convencer o bloco a não dificultar as importações de sete produtos siderúrgicos do Brasil. O objetivo é chegar a um acordo que exclua o aço brasileiro do sistema de cotas previsto para entrar em vigor no dia 2 de fevereiro.

Segundo o Itamaraty, o governo acompanha o assunto desde março do ano passado. A UE alega que as indústrias locais sofrem com a concorrência dos produtos importados e anunciou que pretende aplicar salvaguardas a todos os países exportadores. A proposta será votada esta semana pelo Parlamento europeu.

A UE notificou a Organização Mundial do Comércio (OMC), no início deste mês, sobre sua intenção de controlar as importações de aço via cotas — ou seja, apenas um determinado volume entrará no mercado europeu sem sobretaxa. O excedente será tributado a uma alíquota de 25%. Essa decisão é reflexo das medidas impostas pelos Estados Unidos ao aço importado. Os produtores tiveram de buscar outros mercados, e a UE acabou tendo excesso de oferta.

A proposta de salvaguardas da UE atinge 26 produtos. No caso brasileiro, seriam afetadas as exportações de laminados a frio, folhas metálicas, laminados de aço inoxidável, laminados a quente, chapas grossas, perfis e tubos sem costura.

Os produtos semiacabados de aço, maior volume do que é vendido aos europeus (2 milhões de toneladas em 2018), ficaram de fora. O setor ainda não estimou o impacto financeiro das barreiras, mas se queixa de que elas restringem o seu potencial exportador. Atualmente, a indústria do aço brasileira usa pouco mais de dois terços (69%) de sua capacidade instalada.

— Os EUA fecharam as portas, a União Europeia também. É preocupante, pois era um mercado em potencial para o Brasil conseguir expandir o uso da sua capacidade instalada. Se não pensarmos em criar proteções semelhantes, viraremos meros depositários. A América do Sul é a única região sem salvaguardas — diz o presidente do Instituto Aço Brasil (IABr), Marco Polo de Mello Lopes.

Ele ressalta que os produtos semiacabados ficaram fora das cotas porque a demanda é muito alta. Dentre os itens sujeitos a restrições, o que o Brasil mais exporta para a UE são os laminados a frio (usados em automóveis, máquinas e equipamentos). Só no ano passado foram 188 mil toneladas. A cota anual destinada ao Brasil ficou em 168 mil toneladas no primeiro ano.

Segundo Lopes, em reunião por videoconferência entre membros da Comissão Europeia e do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, ontem, o país questionou os europeus sobre a imposição de barreira para os laminados a quente, usados na produção de placas e blocos, já que eles não estavam na lista inicial divulgada pela UE.

Em 2018, o Brasil exportou, para todo o mundo, 14 milhões de toneladas de aço, o equivalente a US\$ 8,8 bilhões. A UE fica com cerca de 15% desse total.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Mauro Zafalon

Título: Mais Álcool

Vaivém das commodities

A Bunge Açúcar & Bioenergia destinou 70% da cana-de-açúcar processada pelas usinas da empresa para a produção de etanol na safra 2018/19.

Ritmo menor

Na avaliação dos técnicos do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), os preços mundiais melhores para o açúcar deverão elevar o percentual de cana a ser destinada ao produto na safra 2019/20. Mesmo assim, 60% da cana a ser moída irá para a produção de etanol.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 15/01/2019**Seção:** Mercado**Autor:** Mercado**Título:** Secretário do Petróleo sob Temer é renomeado para o cargo

O ministro de Minas e Energia, almirante **Bento albuquerque**, nomeou o engenheiro Marcio Felix como novo secretário de Petróleo, Gás Natural e Bio-combustíveis da pasta, cargo que ele já havia ocupado durante parte do governo de Michel Temer (MDB), segundo publicação no Diário Oficial da União nesta segunda-feira (14).

Ex-executivo da Petrobras, onde chegou a ser gerente-geral de América do Norte e África na área de Exploração e Produção Internacional, Felix ocupou a área de óleo e gás e posteriormente a secretaria-executiva do **Ministério de Minas e Energia** na gestão Temer.

Com a eleição de Jair Bolsonaro como presidente da República, ele havia sido exonerado e substituído na secretaria-executiva por Marisete Pereira, antes chefe da Assessoria Econômica da pasta.

Felix é graduado em engenharia eletrônica pela UnB (Universidade de Brasília) e tem especialização em engenharia do petróleo pela Universidade Petrobras e MBA em gestão empresarial pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), de acordo com informações do ministério.

João Vicente de Carvalho Vieira, que estava na Secretaria do Petróleo desde meados de abril do ano passado, foi exonerado, ainda segundo a publicação do ministério no Diário Oficial, assinada também pelo ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Data:** 15/01/2019**Seção:** Mercado**Autor:** Nicola Pamplona**Título:** Almirante vai presidir o conselho da Petrobras

Rio de Janeiro- O governo federal indicou nesta segunda (14) três nomes para compor o conselho de administração da Petrobras. A lista inclui o almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, ex-comandante da Marinha, que assumirá a presidência do colegiado.

Os outros dois são o geólogo John Forman e o economista João Cox. Forman já foi condenado pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), em 2016, por uso de informação privilegiada na venda de ações. Ele nega as acusações e questiona a condenação na Justiça.

Os três nomes devem passar ainda por avaliação de órgãos de governança da estatal antes de serem apreciados pelo conselho da empresa. Não é necessária a realização de assembleia de acionistas para que sejam empossados.

Caso as indicações sejam aprovadas, o governo Bolsonaro terá ascendência direta em quatro dos oito conselheiros nomeados pela União — o presidente da companhia, Roberto Castello Branco, já está no conselho. Outras três vagas são reservadas a representantes dos acionistas minoritários e dos empregados.

As vagas destinadas a Leal Ferreira, Forman e Cox foram abertas com a renúncia de três conselheiros eleitos em 2018 para mandatos de três anos: Luiz Nelson Guedes Carvalho, que presidia o colegiado, Francisco Petros e Durval Soledade.

Todos poderiam permanecer na empresa até 2020, mas foram pressionados a sair para que o novo governo amplie sua presença no conselho, órgão que aprova decisões estratégicas e tem a atribuição de analisar nomeações para o alto escalão.

Leal Ferreira é indicação de Bolsonaro, que chegou a dizer que gostaria de continuar contando com o almirante após sua saída do comando da Marinha, onde foi substituído pelo almirante Ilques Barbosa Junior, na semana passada.

Desde 2015, quando a então presidente Dilma Rousseff renovou o colegiado e destituiu, entre outros, o general Francisco de Albuquerque, nenhum militar ocupou vagas na administração da companhia.

Em nota, o presidente da Petrobras disse que a renovação do conselho põe fim a um ciclo. "Uma nova era se inicia com visão estratégica para os acionistas e para o Brasil. As modificações na administração da Petrobras refletem a nova orientação", afirmou.

Convidado pelo **ministro de Minas e Energia, almirante Bento Albuquerque**, o geólogo John Forman discute na Justiça condenação de 2016 na CVM por uso de informação privilegiada na venda de ações da petroleira HRT (hoje chamada PetroRio), da qual fora conselheiro entre 2009 e 2012.

Ele foi condenado a pagar multa de R\$ 338.500, que equivale ao dobro do que teria ganho na operação, segundo a CVM, mas não foi impedido de exercer cargo em conselho de administração de companhias com ações em Bolsa.

A operação investigada pela CVM ocorreu em 2013, antes da divulgação de fato relevante com resultados negativos sobre a exploração de um poço petrolífero na Namíbia. Segundo a acusação, a operação demonstrou mudança de comportamento com relação ao histórico de negociações do executivo, o que indica que ele tinha conhecimento do resultado.

Além de Forman, a CVM condenou Antônio Carlos de Agostini, outro ex-administrador da HRT, também por uso de informação privilegiada na negociação de ações — a multa, nesse caso, foi de R\$ 456.560.

As defesas recorreram ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, mas não obtiveram sucesso. Diante disso, apelaram à Justiça. Eles negam que tenham usado informações privilegiadas e dizem que a condenação pela CVM foi feita sem provas suficientes.

"Como tenho a consciência tranqüila, não paguei a multa e recorri à Justiça", disse Forman nesta segunda. Ele argumenta que vendeu cerca de 20% das ações que tinha em mãos por sugestão do banco Credit Suisse, que sugeriu a transferência de recursos para um fundo. "Mantive o resto [das ações] e perdi dinheiro."

Em nota, a autarquia confirmou que a multa ainda não foi paga e disse que "irá adotar as medidas necessárias para a cobrança do valor devido".

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/01/2019

Seção: Mercado

Autor: Igor Gielow e Julio Wiziack

Título: Militares ampliam participação na área econômica com Bolsonaro

Almirante é indicado para chefiar conselho da Petrobras; oficiais já estão em 4 ministérios e 2 estatais

São Paulo e Brasília- A indicação de um ex-comandante da Marinha, o almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, para a presidência do Conselho de Administração da Petrobras nesta segunda-feira (14) consolida uma participação inédita de militares em áreas vitais da economia.

Os oficiais já estão em quatro ministérios e duas estatais com forte influência nos rumos da economia.

Segundo técnicos que detêm a história da burocracia federal, a presença de oficiais no governo já é a maior ocupação na administração pública federal desde a ditadura.

A militarização cumpre uma promessa de campanha do presidente Jair Bolsonaro e está alinhada com a percepção dos brasileiros. A imagem dos militares, de maneira geral, é boa. Pesquisa do Datafolha de 2018 mostra que 78% da população confia nas Forças Armadas, maior índice entre instituições.

Os militares estão nos ministérios de Infraestrutura (ex-capitão Tarcísio Gomes de Freitas), **Minas e Energia (almirante Bento Costa Lima Leite)**, e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (o astronauta e tenente-coronel da reserva da Força Aérea Marcos Pontes) e também em chefias de gabinete e secretarias.

O general Carlos Alberto dos Santos Cruz (Secretaria de Governo) tem sob seu guarda-chuva não só a interlocução com o Parlamento, mas também o PPI (Programa de Parcerias de Investimentos).

A própria pasta da Economia deverá ter um militar. Na Secretaria Especial da Receita Federal foi indicado o general da reserva José Carlos Nader Motta, que chefiou a área de economia do Exército.

Motta recusou o posto e o general Augusto Heleno, ministro do GSI (Gabinete de Segurança Institucional), se comprometeu a fazer outra indicação. O general Heleno tem o papel de fiador desse "RH verde-oliva".

O Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações é o que tem mais militares em sua composição.

A pasta faz políticas para algumas das maiores empresas do mundo que atuam no país, tanto da indústria eletroeletrônica como as operadoras de telefonia e internet.

O chefe de gabinete do ministro é o brigadeiro Celestino Todesco. O coronel reformado Waldemar Gonçalves Ortunho Júnior tentou permanecer como secretário-executivo da pasta, mas foi substituído por um civil, o ex-deputado Julio Semeghini (PSDB).

Semeghini chegou e não pôde fazer nenhuma indicação. Abaixo dele estão outros militares.

O brigadeiro Antonio Franciscangelis Neto é o secretário de Planejamento e Cooperação de Projetos e Controle. O coronel reformado Elifas Gurgel Chaves do Amaral, secretário de Radiodifusão — uma das áreas mais sujeitas a ingerências políticas.

Elifas, como é conhecido, foi presidente da Anatel, a agência das telecomunicações, durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

É possível que Ortunho Júnior seja deslocado para a presidência da Telebrás, que, sob Bolsonaro, vai cuidar de um contrato bilionário para gerenciar o satélite brasileiro que foi lançado no ano passado para fazer banda larga em áreas hoje desassistidas.

O almirante Bacellar na Petrobras amplia a participação dos militares nas estatais. Ele foi uma indicação de Bolsonaro para passar a mensagem de que a estatal ficará livre dos desmandos que a levaram para o epicentro da Lava Jato —ainda que a mesma Lava Jato tenha levado à condenação de um almirante pela acusação de corrupção em obras da área nuclear.

Na Caixa, outro foco da Lava Jato, o brigadeiro Mozart de Oliveira Farias foi indicado. Ainda não está definido o que fará: poderá ser assessor especial do presidente do banco, Pedro Guimarães, ou ocupar uma vice-presidência, depois de aprovado conforme rito definido pelo estatuto.

Pelo menos dois outros militares, do Exército e da Marinha, foram selecionados para a Caixa e aguardam indicação.

Na Eletrobras, espera-se que algum militar também seja indicado para o conselho. Os mandatos atuais vencem em abril, o que dá uma margem para mudanças mais suaves.

O argumento do combate à corrupção também levou à indicação de militares como "olheiros" em áreas expostas.

A área de propaganda oficial, sempre sensível, está nas mãos do general Floriano Peixoto, número dois na Secretaria-Geral. Na Caixa e no Banco do Brasil, os contratos já estão sob lupa — a ideia não é acabar com patrocínios, mas reduzi-los em favor de maior oferta de crédito.

A presença dos militares no governo, porém, vai além da indicação de homens de confiança para cargos executivos. Processos de gestão adotados na área militar também estão sendo adaptados para aplicação nos órgãos públicos civis.

O modelo de gestão de recursos da Marinha, por exemplo, será usado como referência para o controle dos gastos da União e das estatais, segundo um assessor presidencial. A Força orientou a implementação em 1987 do sistema que acompanha receitas e despesas da União, o Siafi.

No mercado e no Congresso, a grande dúvida diz respeito à possibilidade de conflitos entre os recém-empoderados militares e a equipe de Paulo Guedes, ministro nominalmente todo-poderoso da área econômica.

As arestas se insinuam na discussão sobre a Previdência.

Até aqui, os militares da reserva no governo têm dado declarações ora corporativistas, ora compreensivas da necessidade de ver as Forças Armadas incluídas de alguma maneira na reforma a ser proposta.

Mas os novos comandantes das Forças já deixaram claro que não querem essa inclusão. A solução tende a ser algo salomônica, nos moldes sugeridos pelo vice-presidente, general Hamilton Mourão.

O vice, aliás, lidera um outro polo que busca protagonismo. Mourão dá declarações frequentes sobre economia e tem uma grande estrutura de assessores.

Até aqui, contudo, não se vê uma repetição do dirigismo estatal usualmente associado ao pensamento militar na área econômica.

Um general ligado ao bolsonarismo diz que as Forças evoluíram e há consonância com o liberalismo de Guedes. Na ditadura, militares davam o comando, mas a política econômica era tocada por civis — como Delfim Netto e Mário Henrique Simonsen, para ficar em dois ícones da época.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 15/01/2019

Seção: Mercado

Autor:

Título: Colômbia quer criar bloco para substituir Unasul

O presidente da Colômbia, Ivan Duque, disse ontem que países sul-americanos pretendem criar um novo bloco diplomático para substituir a União de Nações Sul-Americanas (Unasul). O novo grupo, chamado Prosul, reuniria países cujos governos deram uma guinada à direita nos últimos anos. "Estamos avançando para o fim da Unasul e a criação da Prosul, uma plataforma sul-americana para coordenar políticas públicas, a defesa da democracia, as instituições e a economia de mercado", disse Duque.

A Unasul foi criada em 2009 por iniciativa de Brasil, Argentina e Venezuela para afastar diplomaticamente o continente da influência dos EUA. À frente da iniciativa estavam os presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Argentina, Cristina Kirchner. No ano passado, seis países (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru) suspenderam a participação no bloco.

Ainda ontem, a Venezuela iniciou uma disputa na Organização Mundial do Comércio contra as restrições da Colômbia à distribuição de combustíveis importados da Venezuela, segundo documento da OMC. A

Venezuela alega que a Colômbia está discriminando suas exportações de combustíveis ao impor "uma série de medidas de distribuição e licenças, sobretaxas de produtos, medidas de acesso ao mercado e políticas de preços".
/ REUTERS

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/01/2019

Seção: Opinião

Autor: Claudio Sales e Alexandre Uhlig

Título: Muito além do licenciamento ambiental

O novo governo tem apontado a possibilidade de mudanças no processo de licenciamento ambiental, e a pergunta que fica é: vai resolver? A resposta mais apropriada é "depende". Depende do que se espera. Quem está licenciando um empreendimento espera processos céleres e transparentes, mas a celeridade e a transparência não dependem exclusivamente do órgão ambiental. Por mais eficiente que o órgão ambiental possa ser, há outros fatores que interferem na implantação dos empreendimentos.

O licenciamento de empreendimentos do setor elétrico é frequentemente interrompido por questionamentos do Ministério Público (MP). Um dos motivos, no caso de hidrelétricas, é o entendimento de que a etapa de planejamento do projeto não seguiu o rito adequado. É o caso, por exemplo, da UHE São Luiz do Tapajós, que teve o seu processo de licenciamento interrompido por uma ação civil pública embasada no entendimento de que o inventário no qual a usina foi identificada não contou com a Avaliação Ambiental Integrada (AAI) e, por essa razão, o licenciamento deveria ser interrompido até que a "falha processual" fosse sanada.

O inventário que inclui São Luiz do Tapajós foi elaborado entre 2006 e 2008, e o termo de referência do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da usina, emitido em 2012. O pedido de liminar foi deferido em 2015, dez anos após o início da elaboração do inventário. Casos como este ilustram que o licenciamento ambiental, além de abrigar discussões oportunas sobre o desempenho socioambiental dos projetos, também tem se tornado motivo para discutir temas externos ao seu escopo, o que normalmente compromete sua celeridade e transparência.

Se a inexistência da AAI para as usinas do Rio Tapajós tivesse sido discutida no momento em que foi observada (assim que o inventário da bacia hidrográfica foi aprovado pela **Agência Nacional de Energia Elétrica – Aneel**), as consequências do julgamento de mérito da questão, independentemente do seu resultado, teriam sido conhecidas e incorporadas antecipadamente pelo

setor elétrico. Neste cenário, o processo de implantação da usina teria entrado na etapa de licenciamento com maior previsibilidade e reduzido a carga litigiosa, favorecendo a efetiva discussão da viabilidade ambiental do empreendimento a partir das informações solicitadas pelo órgão ambiental.

Esse exemplo mostra que, além do processo de licenciamento, outros fatores atrasam a implantação dos empreendimentos, muitos deles desvinculados do desempenho socioambiental dos projetos e do respeito ao rito do licenciamento ambiental. É preciso responsabilidade nas ações, porque obstaculizar o licenciamento não pode ser um instrumento de procrastinação do projeto. É essencial que o Ministério Público atue de forma firme quando necessário, mas que também responda quando fique evidente que agiu com parcialidade e visando a emperrar o processo, inclusive por razões de cunho ideológico.

O licenciamento ambiental também não pode ser utilizado como plataforma para a manifestação de oposição em relação à política energética adotada no Brasil. Deixar para discutir, durante o processo de licenciamento de empreendimentos, a validade da estratégia de expansão da oferta de eletricidade – concebida pelo Estado em etapas anteriores, a partir de mecanismos distintos e com uma dinâmica de participação específica – prejudica a sua eficácia.

Este tipo de discussão intempestiva implica: 1) atrasos e insegurança jurídica para as empresas, que se dispõem a realizar investimentos e assumir riscos para a construção de empreendimentos de geração e transmissão de eletricidade; e 2) aumento de tarifa final para os consumidores. Uma atuação mais ponderada do Ministério Público traria benefícios que extrapolam o setor elétrico e incidem sobre toda a sociedade, que passaria a usufruir de um sistema de fornecimento de eletricidade que atende aos requisitos de modicidade tarifária, segurança de oferta e desenvolvimento sustentável.

SÃO DIRETOR PRESIDENTE E DIRETOR DE ASSUNTOS SOCIOAMBIENTAIS E
SUSTENTABILIDADE DO INSTITUTO ACENDE BRASIL

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/01/2019

Seção: Colunas

Autor: Sonia Racy

Título: Luzes

Direto da fonte :

Entre os assuntos que Paulo Câmara, governador de Pernambuco, listou para falar com Jair Bolsonaro – a audiência foi pedida semana passada – está a privatização da Eletrobrás. O governador informou à coluna ser contra a venda da Chesf, que inclui o Rio São Francisco.

Luzes 2

Aliás, Câmara anuncia hoje redução – a ser comemorada – da criminalidade no Estado: 23% menos, em 2018, comparado com 2017.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/01/2019

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes / RIO

Título: Militar vai chefiar conselho da Petrobrás

Almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira foi comandante da Marinha até janeiro de 2018; John Forman e João Cox serão conselheiros

Os militares voltaram ao comando da Petrobrás, com a indicação do almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira para a presidência do conselho de administração, posto máximo de gestão da empresa. Desde o período de ditadura, os militares não tinham posição de tanto destaque na estatal. Além dele, foram indicados o geólogo John Forman e o economista João Cox para ocupar os assentos deixados por três membros que renunciaram aos cargos após o governo demonstrar intenção de renovar o colegiado.

Eles vão começar a trabalhar apenas depois que seus nomes passarem pelo crivo dos acionistas, em assembleia geral, que deve acontecer ainda neste mês. Ferreira é almirante de Esquadra e foi comandante da Marinha até janeiro de 2018. Em fato relevante divulgado ao mercado, a Petrobrás destacou a qualificação de nível superior que o militar recebeu nas escolas de guerra naval do Brasil, Chile e Annapolis, nos Estados Unidos.

"Leal Ferreira foi treinado e teve suas capacidades de liderança, gestão e visão estratégica testadas e aperfeiçoadas ao longo de muitos anos de experiência", ressaltou a empresa. Durante o período de campanha eleitoral, o presidente Jair Bolsonaro chegou a avaliar um nome militar para comandar a empresa. Como principal empresa do setor de petróleo nacional, a Petrobrás foi tema de debate de diferentes grupos de trabalho criados para planejar o novo governo, entre eles, o de infraestrutura, comandado pelos militares.

Ao mesmo tempo, pela sua capacidade de geração de emprego e renda, esteve no foco dos assessores econômicos, como do atual ministro de Economia, Paulo Guedes. A última vez que um representante das Forças Armadas sentou no

conselho da Petrobrás foi durante os governos petistas dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que nomearam o general Francisco Roberto de Albuquerque. Mas, desde que a empresa entrou em crise, o foco da administração da empresa passou a ser a recuperação do caixa e o colegiado passou a ser ocupado por especialistas no setor e em economia.

Mudanças. Desde o fim do ano passado, ainda na transição do governo, no entanto, novas mudanças no conselho da petroleira estão sendo costuradas. O geólogo John Forman conta que recebeu uma ligação em dezembro do atual **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**, sondando seu interesse em ocupar um assento. Acadêmico pela UFRJ e ex-diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o geólogo, que hoje é consultor, atribuiu a indicação à sua experiência na administração direta e em órgãos de governo.

Ele contou que conhece o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, "mas não profundamente". Já Cox é reconhecido pela sua atuação na iniciativa privada, principalmente no setor de telecomunicações. O executivo foi presidente das telefônicas Telemig Celular e Claro e lidera o conselho de administração da Tim. As alterações na instância máxima de gestão da estatal geraram resistência entre conselheiros que ocupavam o cargo antes da eleição de Bolsonaro e que teriam mandato até 2020.

Três deles renunciaram após receberem a sinalização do governo para que deixassem a empresa para abrir espaço a um novo perfil de profissionais. Ao Estado/Broadcast, Castello Branco afirmou na última sexta-feira, que a intenção é mudar o perfil do conselho para que tenha "mais representantes com visão estratégica do que a Petrobrás precisa". "Um ciclo se encerrou e iniciamos uma nova era", complementou. A ideia é acelerar o programa de venda de ativos e focar ainda mais no pré-sal.

Assim que o novo governo assumiu a estatal, Nelson Carvalho e Petros Papathanasiadis renunciaram aos cargos de membro do conselho. Ontem ainda foi anunciada a saída de Durval Soledade. O governo já demonstrou intenção de substituir o professor da Coppe/UFRJ Segen Estefen, mas, para isso, ele próprio deve demonstrar vontade de deixar o cargo ou ser destituído pelos acionistas em assembleia. Os outros três conselheiros, com perfil mais alinhado com o do governo, deverão ser mantidos.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/01/2019

Seção: Economia

Autor: André Borges/ BRASÍLIA

Título: Funai para processos de licenciamento ambiental

Indefinição do governo Bolsonaro de quem deveria realizar os trabalhos paralisa 7 mil processos. que antes eram analisados pela fundação

Cerca de 7 mil processos de licenciamento ambiental de empreendimentos de todo o País estão praticamente paralisados na Fundação Nacional do Índio (Funai), por causa de indefinições sobre o andamento desses estudos e sobre quem, efetivamente, deve realizar esse trabalho. Desde o dia 2 de janeiro, a responsabilidade pelos estudos sobre impactos a terras e povos indígenas deixou de ser uma atribuição da Funai. Cabe agora à Secretaria de Assuntos Fundiários, órgão criado pelo presidente Jair Bolsonaro e que está sob a tutela do Ministério da Agricultura (Mapa), tocar os processos de licenciamento ambiental de obras que envolvem questões indígenas.

Na prática, porém, essas análises deixaram de ser realizadas, por conta de indefinições que rondam a nova estrutura do setor. O Estado apurou que essa situação já levou ao cancelamento de missões de campo que seriam feitas por analistas ambientais da Funai a grandes projetos. Uma equipe que seguiria até Altamira (PA) para analisar a execução do plano básico ambiental de da **hidrelétrica de belo monte** teve a sua viagem suspensa. Na Estrada de Ferro Carajás, da mineradora Vale, seria realizada uma reunião pra tentar pacificar algumas questões ligadas a terras indígenas.

O encontro também não aconteceu. A Funai conta com uma equipe de 28 servidores para analisar todos os processos de licenciamento ambiental que envolvam questões indígenas. Neste momento, há cerca de 7 mil processos em andamento na Funai, um volume gigantesco de trabalho que, a partir das mudanças já feitas por Bolsonaro, deverá ser realizado pela Secretaria de Assuntos Fundiários, comandada pelo ruralista e amigo pessoal do presidente, o ex-presidente da União Democrática Ruralista (UDR), Luiz Antônio Nabhan Garcia.

Em 2017, a área de licenciamento da Funai emitiu 382 ofícios atrelados a processos de licenciamento. Em 2018, esse volume mais que duplicou, chegando a 801 ofícios. Ao todo, foram elaboradas 456 análises ambientais. Os pareceres ambientais feitos pela Funai não tinham poder de vetar um empreendimento. A fundação atuava como um "órgão de anuência", ou seja, de consulta sobre eventual impacto a terras ou povos indígenas.

Cabia ao Ibama a palavra final sobre a viabilidade ou não de um determinado projeto, tendo aprovação ou não da Funai. Ao levar a atribuição da Funai para dentro do Mapa, resta saber como ficará a decisão junto ao Ibama. Procurado pela reportagem para comentar o assunto, Nabhan Garcia não se manifestou até a publicação deste texto.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 15/01/2019****Seção: Economia****Autor: Otavio Augusto e Marília Sena****Título: Risco ao abastecimento**

Um roubo de gasolina comprometeu duto da Transpetro que abastece o Distrito Federal e Goiás. A previsão mais otimista é de que o conserto só seja concluído na quinta-feira. Ontem, vários postos, mesmo de bandeira diferentes, já não receberam gasolina. No sistema usado pelos estabelecimentos para fazer pedidos às distribuidoras, nenhum negócio foi fechado. Estão sob a rubrica pendente. Ainda não é possível medir qual o tamanho do estoque no DF para garantir o consumo.

Com a perfuração, não se sabe se o abastecimento ficará comprometido. O presidente do Sindicombustíveis, Paulo Tavares, acredita que não haverá interrupções no DF, já que os tanques dos postos estão completos. “O rompimento foi para furto. Não haverá desabastecimento até quinta-feira”, avaliou. A Petrobras está apurando o que aconteceu, já que o duto perfurado é de responsabilidade da Transpetro, uma de suas subsidiárias.

A perfuração ocorre no mesmo dia em que a Polícia Militar descobriu um túnel de seis metros escavado no interior de São Paulo. Cinco homens foram presos na tentativa de furtar combustível de dutos. Com o grupo, a polícia encontrou mais de R\$ 1,6 mil e nove celulares. De acordo com a Transpetro, não houve nenhum prejuízo, já que os criminosos não conseguiram perfurar o duto.

Mais barata

Levantamento do Correio mostra que o preço da gasolina continua caindo na capital federal. Nos 30 postos percorridos pela reportagem, o preço variava ontem entre R\$ 3,68 e R\$ 3,89. Nas refinarias, o litro sai a R\$ 1,46, o menor valor desde setembro de 2017.

Os gerentes dos estabelecimentos apostam na competitividade, enquanto consumidores estão otimistas. O militar Temilson Lemos, 57 anos, abastece 40 litros por semana. Ontem, aproveitou o litro de gasolina a R\$ 3,68.

“Infelizmente a gente usa bastante o carro aqui no DF e gasta muito dinheiro. Eu estava abastecendo a R\$ 4,08”, afirmou.

*** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira**

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/01/2019****Seção: Brasil****Autor: Fabio Graner | De Brasília****Título: Embrapii busca recurso extra para financiar mais projetos**

Na busca por financiar mais projetos de inovação no setor industrial, a Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii, entidade de direito privado ligada ao ministério da Ciência e Tecnologia) tenta encontrar mais R\$ 100 milhões para reforçar seu orçamento de R\$ 150 milhões previstos para este ano.

Diante da restrição fiscal, a estratégia para tentar obter esse dinheiro extra é atrair outros ministérios para participarem dos projetos e comporem o orçamento do órgão, além dos que já estão atuando, como Ciência e Tecnologia (MCTIC) e dos da Educação e Saúde.

No radar estão **ministérios de Minas e Energia**, Defesa e outros, como Meio Ambiente, disse ao **Valor** o diretor-presidente da instituição, Jorge Guimarães. Ele destaca que cada R\$ 1 da Embrapii gera R\$ 3 em investimentos na área de inovação do setor industrial.

Inspirado em um modelo alemão, o objetivo do atual comando da entidade é que ela tenha para o setor industrial uma relevância semelhante à que a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) tem para o setor rural brasileiro, considerada uma das responsáveis pela elevada produtividade do setor agrícola brasileiro.

Guimarães afirma que desde que a Embrapii entrou em operação (efetivamente ela funciona desde 2014, embora tenha sido criada em 2013) já foram ou estão sendo apoiadas 460 empresas, por meio de 42 centros de pesquisas credenciados. Foram investidos em 600 projetos de inovação mais de R\$ 1 bilhão, sendo que um terço disso é de recursos do orçamento federal.

O diretor de Planejamento da Planejamento e Gestão da empresa, José Gordon, ressaltou que o modelo de financiamento de pesquisa aplicada da Embrapii, no qual o recurso orçamentário viabiliza aportes privados, se torna ainda mais relevante em momento de restrição fiscal no país. "A gente consegue alavancar o investimento privado em inovação e promover um verdadeiro 'crowding in' [atração] na economia", disse.

Ele ressaltou que a maior parte dos projetos (59%) envolve pequenas e médias empresas. Os demais são de companhias de grande porte, como Embraer e Votorantim. E lembrou que até empresas concorrentes, como Natura e

Boticário (junto com Teraskin e Yama), têm projetos em conjunto (na área de nanoencapsulamento) que são apoiados pela companhia.

O presidente da Embrapii comentou que 2019 será o primeiro ano no qual a demanda mapeada por apoio da entidade, de R\$ 250 milhões, está superando a oferta de recursos. "Temos R\$ 150 milhões, dá para fazer muita coisa. Mas vamos tentar chegar aos R\$ 250 milhões", disse Jorge Guimarães, ressaltando ainda que o histórico recente da Embrapii mostraria que as chances de os projetos se viabilizarem, tornando-se patentes ou se tornando produtos a serem comercializados, são mais elevadas.

José Gordon acrescenta que a retomada do crescimento econômico e a necessidade mais investimentos reforçam a leitura de que o atual orçamento da Embrapii está aquém do necessário para a demanda das empresas. "Com o tempo podemos alavancar mais recursos em pesquisa e desenvolvimento", avaliou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/01/2019

Seção: Brasil

Autor: Assis Moreira | De Genebra

Título: Brasil pede que UE exclua dois itens da restrição ao aço

O Brasil contestou ontem as restrições que a União Europeia (UE) vai adotar contra sete tipos de aço do país, estimando que suas exportações para o mercado comum europeu não causam sérios prejuízos aos produtores do bloco, como Bruxelas alega.

O **Valor** apurou que, em reunião bilateral em Genebra, a delegação brasileira pediu especificamente a exclusão de dois produtos da lista de salvaguarda que a UE vai adotar: laminados planos de aço inoxidável e outros tubos sem costura.

A expectativa é que os países da UE aprove amanhã a salvaguarda para proteger a produção local, também como reação à imposição de sobretaxa de 25% por Donald Trump ao aço estrangeiro. O temor é que o aço que não conseguir entrar nos EUA siga para a Europa.

A restrição europeia deve vigorar por três anos. O volume que passar dos montantes de importação fixados por Bruxelas será submetido a sobretaxa de 25%.

Na reunião bilateral, a delegação brasileira fez uma série de indagações sobre a limitação na entrada de 28 tipos de aço a partir de 2 de fevereiro. Para o Brasil, a ação europeia chega a duplicar a restrição em seu mercado no caso, por exemplo, dos laminados planos a quente. A exportação desse produto já é submetida a sobretaxa antidumping na Europa, o que praticamente inviabiliza sua venda.

No caso de laminados planos de aço inoxidável, o Brasil lembra que um produto que representa menos de 3% do total importado não poderia ser incluído na salvaguarda, pelas regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). E as exportações brasileiras desse tipo de aço não chegam a esse percentual nem aumentaram recentemente, segundo Brasília.

Além disso, a delegação brasileira manifestou estranheza com o fato de outros tubos de aço, que estavam fora da salvaguarda preliminar, terem agora entrado na salvaguarda definitiva. Contesta isso e pede para a UE excluir o produto da restrição a sua entrada no mercado europeu.

De maneira geral, outros países também contestam a ação europeia. A reunião bilateral entre o Brasil e a UE foi apenas a primeira. Brasília aguarda respostas dos europeus a várias questões. Somente ontem, a Rússia e a Moldávia pediram reunião bilateral com os europeus.

No setor privado brasileiro, a expectativa é de que os europeus cedam pelo menos uma cota específica para o Brasil exportar laminados planos de aço inoxidável.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/01/2019

Seção: Política

Autor: Andrea Jubé e Carla Araújo | De Brasília

Título: Militares reforçam equipe do Planalto

Ao completar duas semanas de governo, o presidente Jair Bolsonaro reforça o time de militares em sua equipe. Ontem o general da reserva Maynard Marques Santa Rosa assumiu a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) da Secretaria-Geral da Presidência, e o general de divisão Otávio Santana do Rêgo Barros será o porta-voz da Presidência. Rêgo Barros é ligado ao general Eduardo Villas Bôas, que deixou o comando do Exército e assumirá um cargo no Gabinete de Segurança Institucional (GSI) no Planalto.

Com Santa Rosa e Rêgo Barros, são seis os generais na cúpula do Palácio do Planalto. Os outros são Augusto Heleno, ministro do GSI, Carlos Alberto dos Santos Cruz, ministro da Secretaria de Governo e o vice-presidente Hamilton Mourão. Do time, Rêgo Barros é o único general da ativa.

Considerando-se exclusivamente o primeiro escalão, são sete ministros egressos das Forças Armadas: Fernando de Azevedo e Silva (Defesa), Tarcísio Gomes de Freitas (Infraestrutura), **Bento Costa Lima (Minas e Energia)**, Marcos Pontes (Ciência e Tecnologia), Wagner Rosário (Controladoria Geral da União), além de Heleno e Santos Cruz.

Também ontem foi nomeado o general da reserva Franklimberg Ribeiro de Freitas para a presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai), reforçando a equipe de oficiais no segundo escalão (ver abaixo).

E o ex-comandante da Marinha, o almirante Eduardo Bacellar Leal Ferreira, foi indicado por Bolsonaro para presidir o Conselho de Administração da Petrobras.

O general Maynard Marques de Santa Rosa disse ao **Valor** que uma prioridade de sua gestão será o "desenvolvimento da Amazônia". Ele tem uma visão crítica sobre a atuação de Organizações Não Governamentais (ONGs) na região: "Considero que são um instrumento de ação do movimento globalista". Durante os 49 anos na ativa, ele serviu em 24 unidades militares em todo o país, incluindo dez anos na Amazônia, sendo dois deles na região de fronteira.

Ele adiantou, ainda, que vai reestruturar a secretaria para adequá-la à "agenda estratégica" do governo. Em outra frente, os generais Augusto Heleno e Santos Cruz, que têm atribuições afins em suas pastas. O GSI coordena o programa de proteção das fronteiras, enquanto a Secretaria de Governo é responsável pelo diálogo e controle das entidades do terceiro setor.

Conforme mostrou o **Valor** em outubro, os militares que assessoravam Bolsonaro durante a campanha resistiam à fusão do ministério da Agricultura com o Meio Ambiente justamente pela preocupação com o desmatamento na região Amazônica, considerada uma questão de "segurança nacional".

Com base em estudos climáticos realizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), pela Universidade de São Paulo (USP) e por outras universidades, eles observam que, se o desmatamento afetar mais 7% da floresta Amazônica, o clima das regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul será irreversivelmente afetado.

Em 2007, Santa Rosa - então secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa - afirmou em audiência pública na Comissão de Defesa e Relações Exteriores da Câmara dos Deputados que haviam 100 mil ONGs operando na

Amazônia, segundo dados levantados pelos sistemas de inteligência das forças de segurança. Na ocasião, afirmou que muitas tinham interesses ocultos como tráfico de drogas, de armas, lavagem de dinheiro e até mesmo espionagem.

Em 2010, quando era chefe do Departamento Geral de Pessoal do Exército, Santa Rosa criticou em carta publicada na internet a comissão da verdade criada pelo governo Lula para investigar crimes de violação aos direitos humanos no regime militar, que chamou de "comissão da calúnia". Foi exonerado pelo então ministro da Defesa, Nelson Jobim.

O novo porta-voz, general de divisão Otávio Santana do Rêgo Barros, comanda o Centro de Comunicação Social do Exército (Ccomsex) e integra o grupo mais próximo ao general Villas Boas, que deixou o comando do Exército na semana passada e assumirá uma função no gabinete do general Augusto Heleno.

A informação de que ele assumirá o novo encargo foi confirmada ao Valor por fontes do Exército e do governo, mas até o início da noite não havia sido oficializada pelo Planalto. O Valor apurou, ainda, que ao assumir o cargo, ele deverá continuar na ativa.

Pernambucano de Recife, Rêgo Barros foi cadete da escola preparatória do Exército. Com ampla experiência nas Forças Armadas, Rêgo Barros é da turma de cavalaria em 1981 e possui um currículo de honrarias.

Ele já atuou na assessoria da Secretaria de Assuntos Estratégicos do Palácio do Planalto, onde editou o livro "Desafios Estratégicos para a Segurança e Defesa Cibernética". O general participou também dos grupos de estudos da elaboração do Livro Branco de Defesa, apresentado ao Congresso Nacional na legislatura de 2012.

No Exterior foi Assessor da Cooperação Militar Brasileira no Paraguai e Comandante do Primeiro Batalhão de Infantaria de Força de Paz do 12º Contingente, integrando a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/01/2019

Seção: Empresas

Autor: André Ramalho, Rodrigo Polito, Juliana Machado e Rita Azevedo | Do Rio e de São Paulo

Título: Petrobras terá chairman militar

O governo Jair Bolsonaro iniciou o processo de renovação do conselho de administração da Petrobras, ao indicar, ontem, três novos membros para o colegiado. O almirante Eduardo Leal Ferreira foi o escolhido para a presidência

do conselho. Já o ex-diretor da Agência Nacional de Petróleo (ANP) John Forman e o ex-presidente da Claro João Cox se juntam ao grupo de conselheiros independentes indicados pela União.

Os militares voltam ao conselho da Petrobras depois de quase quatro anos. O último representante havia sido o general Francisco Albuquerque, que integrou o colegiado de 2007 a 2015, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

Com os novos nomes, o governo renova três dos oito assentos indicados pela União como acionista controlador. O trio formado por Ferreira, Forman e Cox ocupará as vagas abertas desde a renúncia de Luiz Nelson de Carvalho, ex-presidente do colegiado, e de Francisco Petros Papathanasiadis, no dia 1º de janeiro. Ontem, Durval Soledade também confirmou sua saída.

A estatal disse que manterá o percentual mínimo de 40% de membros independentes no seu conselho

Entre analistas, a indicação do almirante foi recebida com ressalvas. Segundo duas fontes que preferiram manter o anonimato, o impacto sobre as ações da companhia é limitado, por ora, mas o nome de Ferreira lança dúvidas sobre até que ponto o governo - por meio dos militares - terá algum tipo de ascendência sobre a gestão da estatal. Na visão dos especialistas, a indicação sugere, em algum grau, uma influência do **ministro de Minas e Energia**, o almirante Bento Albuquerque, na Petrobras.

A escolha de um militar para o posto de chairman se dá em meio a um momento sensível envolvendo a relação de independência entre o conselho e o governo. Conforme publicado pelo **Valor**, o novo comando da estatal estaria pressionando pela saída dos conselheiros Segen Estefen e Durval Soledade Santos, de forma a abrir caminho para que o governo indique novos nomes para o colegiado.

O conselho da Petrobras é estratégico para o novo governo, já que o órgão será responsável por opinar sobre a negociação com a União sobre a revisão do contrato da cessão onerosa. O **Valor** apurou que, diante da crise fiscal, o ministro da Economia, Paulo Guedes, quer reduzir ao máximo o valor a ser pago à estatal.

Quanto ao impacto nas ações, analistas acreditam que as mudanças terão efeito limitado na B3. Ontem, os papéis ordinários da empresa fecharam com queda de 0,35% (R\$ 28,40) e as PN recuaram 0,56% (R\$ 24,85). Analistas explicam que o rumo das ações da Petrobras é ditado hoje, principalmente, pelo preço do barril. Para Gustavo Allevato, do Santander, as mudanças no conselho só se

refletirão negativamente nas ações se houver uma guinada no perfil de gestão independente da empresa.

"Podemos falar de cessão onerosa, de mudança no conselho, de qualquer coisa. No fim das contas, a companhia negocia petróleo e é fundamentalmente isso que irá afetar o preço", afirma Luiz Carvalho, analista do UBS. "É claro que a revisão do contrato da cessão onerosa e a continuidade da governança são importantes, mas isso vem sendo precificado desde 2016. O efeito é menor", completa.

Já o especialista André Hachem, do Itaú BBA, destaca que a venda de ativos é outro importante elemento a ditar a rentabilidade das ações. "Com a esperada continuidade na venda de ativos, temos uma perspectiva bastante favorável para a empresa", afirma.

Historicamente, a Petrobras já viveu momentos em que o governo e a presidência do conselho eram alinhados. Entre 2003 e 2010, Dilma foi presidente do conselho ao mesmo tempo em que chefiava o MME e, posteriormente, a Casa Civil. No fim do governo petista, já na esteira da Operação Lava-Jato, iniciou-se, no entanto, uma tentativa de fortalecer a presença de membros independentes, sem a influência política, no conselho da petroleira. Em 2015, o colegiado foi então renovado. Murilo Ferreira, ex-presidente da Vale, assumiu a presidência do conselho na gestão de Aldemir Bendine, e os membros indicados pela União foram mudando de perfil: no lugar de ex-ministros, conselheiros independentes passaram a ser indicados pelo acionista controlador.

A Petrobras esclareceu que manterá o percentual mínimo de 40% de membros independentes no conselho, como manda o seu estatuto social. A estatal também informou que as indicações serão submetidas aos seus procedimentos de governança corporativa.

A petroleira destacou ainda que Leal Ferreira "foi treinado e teve suas capacidades de liderança, gestão e visão estratégica testadas e aperfeiçoadas ao longo de muitos anos de experiência". O almirante foi Comandante da Marinha do Brasil até a semana passada e tem nível superior por instituições como a Escola Naval, a Escola de Guerra Naval do Brasil e a Academia Naval de Annapolis, dos EUA.

Cox é um nome bem avaliado no mercado. Foi presidente da Claro e conselheiro da Tim, Embraer e Braskem. Já Forman é um geólogo renomado no setor de óleo e gás. Sobre ele pesa uma condenação pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Em 2016, ele foi condenado a pagar R\$ 338,5 mil, por uso de informação privilegiada, mas até hoje a multa não foi quitada.

O caso envolve a venda de ações da HRT (atual PetroRio) em 2013, quando Forman era conselheiro da empresa. A CVM constatou que ele e Antônio Carlos de Agostini, outro ex-administrador da HRT, negociaram ações da companhia antes da divulgação de fatos relevantes relacionados à exploração na Namíbia. Após recursos em âmbito administrativo, eles entraram na Justiça contra a CVM e a União. O caso ainda será julgado. "O processo [na CVM], que atingiu várias pessoas, foi baseado em informação relevante que nunca existiu, afirmou Forman, ao **Valor**.

Em nota, a CVM informou que irá "adotar as medidas necessárias para a cobrança do valor devido".

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/01/2019

Seção: Empresas

Autor: João Luiz Rosa | De São Paulo

Título: Na Marinha, avanços com menos recursos

Indicado à presidência do conselho da Petrobras, o almirante de esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, de 66 anos, conduziu ações para modernizar a Marinha durante os quase quatro anos em que comandou a força, entre fevereiro de 2015 e a semana passada, com um orçamento decrescente.

Foi sob o comando de Leal Ferreira que a Marinha lançou ao mar, no mês passado, o "Riachuelo", primeiro dos cinco submarinos previstos sob um acordo firmado com a França em 2008. Os quatro primeiros serão convencionais. O último, ainda sem data para ficar pronto, terá propulsão nuclear.

Casado, pai e avô, Leal Ferreira também fez avançar o programa nuclear da Marinha, que prevê a construção de dois reatores. O primeiro, a ser instalado em Iperó (SP), é o protótipo do sistema que será embarcado no submarino nuclear, o "Álvaro Alberto".

A renovação da frota de guerra foi outra providência. Em setembro do ano passado, em entrevista ao **Valor**, Leal Ferreira disse que estavam praticamente garantidas as fontes de recursos para construir quatro corvetas. As embarcações, explicou, serão construídas por estaleiros brasileiros. "A ideia é sempre construir no Brasil. Pagamos um preço por isso", disse. "Sai mais barato comprar fora. Mas faz parte do projeto de país ter uma indústria aqui. Isso nos dá uma independência logística muito grande."

O Prosub, de submarinos, reúne 52 companhias de diversas áreas. O programa nuclear ou PNM, mais de uma centena delas.

Historicamente, o setor de defesa estimula a indústria de tecnologia, disse Leal Ferreira. No Brasil, ele citou como exemplos a Embraer, estimulada pela Força Aérea, e a Cobra, de computadores, que recebeu apoio da Marinha. "A própria [criação da] Petrobras foi uma pressão muito grande dos militares", afirmou.

Entre 2013 e 2018, o orçamento anual da Marinha encolheu 55%, para R\$ 2,9 bilhões. "Até 2030, a Marinha vai perder 12 mil homens", disse o almirante, como forma de aliviar as despesas. Paralelamente, a Marinha reforçou a contratação de funcionários temporários. Em setembro, a força reunia 80,3 mil militares e mais de 4 mil civis.

Em novembro, a Marinha promoveu a engenheira Luciana Mascarenhas da Costa Marroni ao posto de contra-almirante. Ela é a segunda mulher a integrar o mais alto escalão das Forças Armadas. A primeira, também da Marinha, é a médica Dalva Maria Carvalho Mendes, promovida em 2012.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/01/2019

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Barreira para o aço

O mercado viu como reduzido os efeitos das restrições para o aço brasileiro na União Europeia. O bloco planeja impor limites à entrada de sete produtos siderúrgicos exportados pelo Brasil para seus países-membros a partir de 2 de fevereiro, por meio de uma salvaguarda para proteger produtores locais. O movimento faz parte de uma ação maior que deve restringir importações de 28 produtos siderúrgicos por três anos, atingindo principalmente a China. A avaliação é de que a medida deve ter efeito muito baixo para as empresas brasileiras. Para Marcos Assumpção, chefe da área de pesquisa do Itaú BBA, a restrição, se implementada, pode gerar uma pressão negativa marginal no lucro das empresas, entre 1% e 2%, pois a maioria concentra suas vendas no mercado interno. Segundo o analista, as empresas exportam perto de 15% de sua produção sendo que, do total vendido no exterior, entre 5% e 7,5% é para a Europa.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/01/2019****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito | Do Rio****Título: State Grid avalia leilões e aquisições em busca de novas obras**

Prevista para concluir até meados deste ano suas principais obras de transmissão de energia no país, a State Grid Brazil Holding (SGBH), braço da gigante chinesa State Grid em transmissão de energia no Brasil, se prepara agora para um novo momento no setor elétrico brasileiro. Sem novas obras na carteira, a companhia mira os próximos leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e oportunidades de aquisições de ativos. Também estão nos planos da companhia a expansão no continente, com foco em Chile, Peru, Colômbia e Argentina.

"Neste ano vamos concluir os projetos 'greenfield' [feitos a partir do zero] e também estaremos olhando para participar dos leilões [de transmissão] que virão em 2019", afirmou Cai Hongxian, principal executivo da companhia no Brasil, ao **Valor**. "Vamos continuar investindo neste país e vamos olhar oportunidades de investimentos em outros países da América do Sul", completou ele.

O executivo admitiu ter ficado assustado com a declaração do então candidato à presidência Jair Bolsonaro, em outubro, contra o crescimento de investimentos chineses no setor elétrico brasileiro. Agora, porém, ele disse estar otimista com o novo governo.

Desde que chegou ao Brasil, em 2010, a companhia já investiu R\$ 21,6 bilhões e instalou 14,2 mil km de linhas

O governo Bolsonaro demonstrou, na sua avaliação, entender a necessidade de estimular investimentos privados em infraestrutura, e que esses investimentos são fundamentais para o país reduzir custos logísticos e ganhar competitividade em vários setores da economia, como agronegócios e mineração, entre outros.

"Há uma forte orientação [do governo] em tentar incrementar a economia do Brasil. Isso é muito impressionante para mim. E para isso você tem que atrair investimentos estrangeiros. O Brasil ainda tem um grande espaço para desenvolver em infraestrutura", afirmou o executivo.

Ele acrescentou que a State Grid se vê estável e confortável no Brasil. "Nossos times têm experiência de mais de oito anos aqui, com pessoas locais. Estamos confortáveis. Estamos atuando como uma companhia brasileira", completou. A SGBH possui atualmente 655 funcionários.

No domingo, a empresa energizou o último trecho da segunda linha de transmissão que escoar a energia produzida pela hidrelétrica de Teles Pires (MT) para o Sistema Interligado Nacional (SIN). O empreendimento todo possui 1.272 km de extensão e foi concluído com mais de dois anos de antecedência. "Acho que a conclusão dessa linha foi recorde. Não se viu no passado concluir 1 mil quilômetros de linhas de transmissão em 32 meses", disse o executivo.

Em junho está previsto para ser energizado o segundo linhão que levará energia da hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu (PA), para o Sudeste. Devido à sua extensão, de 2.540 km, o empreendimento, segundo o executivo, foi o mais desafiador e difícil da companhia no Brasil.

Com o fim dessas duas obras, que consumiram R\$ 5 bilhões apenas no ano passado, a State Grid prevê reduzir os investimentos no Brasil para R\$ 1 bilhão ao ano, nos próximos anos. Esse montante, porém, poderá aumentar, caso a companhia arremate projetos em leilões da Aneel ou feche aquisições no país.

Ele discorda de avaliações de que o momento de ofertas de empresas e ativos de energia elétrica brasileiros tenha se encerrado. Ele destaca, por exemplo, oportunidades de privatizações de empresas estaduais de energia, como a mineira Cemig.

O executivo explicou ainda que a SGBH não faz questão de ser majoritária em novos projetos ou ativos, mas a estratégia da companhia é ter sempre participação no controle das empresas.

Primeira gigante elétrica chinesa a aportar no Brasil, em 2010, a SGBH já investiu R\$ 21,6 bilhões no país e, no meio deste ano, terá atingido 14,2 mil km de linhas em operação, o equivalente a 10% de toda a rede de alta tensão do Brasil. No portfólio, os destaques são os dois linhões que escoam a energia de Belo Monte para o Sudeste, em ultra alta tensão, em 800 quilovolts (kV), em corrente contínua.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/01/2019

Seção: Agronegócios

Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo

Título: Alta de custos afeta resultados das usinas

As usinas de cana do Centro-Sul do Brasil, principal região produtora do país e do mundo, deverão se defrontar, no fim desta safra 2018/19, que terminará em março, com muitos números negativos em seus balanços.

A quebra na safra de cana impediu que o segmento diluísse seus custos, que voltaram a crescer nesta temporada enquanto os preços dos produtos vendidos não conseguiram remunerar o custo do capital investido - e, em alguns casos, sequer cobriram o custo para manter as indústrias funcionando.

Pressionados por altas sobretudo dos fertilizantes e do óleo diesel, além do aumento de gastos relacionados à mecanização, o custo médio de produção por tonelada de cana processada subiu acima da inflação de 2018. Considerando o processamento de cana desde o início da temporada, em abril, até 15 de dezembro, o custo médio ficou em R\$ 127,41 por tonelada moída, um incremento nominal de 6,86% em relação à média da safra passada.

Os dados fazem parte do "Levantamento de Custos de Produção de Cana-de-açúcar, Açúcar, Etanol e Bioeletricidade", realizado pelo Programa de Educação Continuada em Economia e Gestão de Empresas (Pecege) em parceria com a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e com a Organização de Plantadores de Cana-de-Açúcar do Centro-Sul do Brasil (Orplana).

No levantamento, foram pesquisadas 88 usinas, que processaram cerca de 200 milhões de toneladas de cana no período.

A maior parte dos custos do segmento sucroalcooleiro é fixa, proveniente de colhedoras e manutenção da indústria na entressafra, por exemplo. Segundo o Pecege, na área agrícola, que absorve 70,8% de todos os custos de uma usina, os custos fixos representam 86% do total. A parcela fixa dos custos também é elevada nas áreas industrial (75%) e administrativa (50%). Essa estrutura de custos, portanto, torna imperativo que as empresas busquem maximizar sua produção para diluir o custo relativo. Mas o que acontece nesta safra é exatamente o contrário.

No Centro-Sul, a moagem de cana diminuiu 4% até 15 de dezembro, para 557 milhões de toneladas, segundo dados da União das Indústrias de Cana-de-Açúcar (Unica). E, conforme o Pecege, o volume de cana processada deve fechar a temporada com queda de 4,36%, a 570 milhões de toneladas. Essa redução reflete a seca prolongada no primeiro semestre do ano passado e os baixos investimentos nas lavouras.

"Na safra 2018/2019, o menor volume de cana processada e, consequentemente, a maior ociosidade dos ativos industriais pressionaram os custos de processamento da cana-de-açúcar no período", ressaltou Haroldo Silva, gestor de projetos de Pecege, em relatório.

As operações de vendas de açúcar foram as mais afetadas, já que os preços da commodity mantiveram-se nos menores níveis em dez anos por causa da sobreoferta global - provocada, em grande medida, pela produção da Índia.

Os preços médios em reais do açúcar VHP não conseguiram superar nem os custos operacionais, que ficaram em média em R\$ 967,53 a tonelada. O custo médio total para a produção de açúcar, que inclui depreciação e custo de capital, atingiu, em média, R\$ 1.288,40 por tonelada.

Nas últimas dez safras, o açúcar só ofereceu remuneração acima do custo de capital em quatro. A última safra em que a margem líquida média do açúcar ficou positiva foi a 2016/17, quando as cotações dispararam em meio a um déficit de oferta global. Na safra passada, os preços só pagaram os custos operacionais, mas não superaram a depreciação e o custo de capital.

No caso do etanol, a situação foi menos pior. Os preços médios praticados pelo etanol hidratado (o mais vendido nesta safra) até superaram os custos operacionais, mas não chegaram a pagar toda a depreciação dos ativos nem o custo do capital. Enquanto o preço médio até 15 de dezembro ficou em R\$ 1.771 por metro cúbico, o custo total de produção ficou, em média, em R\$ 2.065 por metro cúbico.

Silva ressalta, porém, que essa análise se trata de uma média a respeito de um setor muito heterogêneo, dado que, enquanto algumas usinas estão na espiral negativa de baixos investimentos, outras têm conseguido manter bons patamares de investimento para reduzir seus custos.

Existem também os casos das usinas que vendem eletricidade cogorada do bagaço da cana. Os negócios de cogeração nesta safra geraram uma receita incremental de R\$ 23,9 milhões ao setor, e permitiram às usinas com atuação nessa área encerrar o período com resultados melhores.

Para 2019/20, safra que terá início em abril, o Pecege estima que a produtividade agrícola pode ter "recuperação marginal", mas que a pressão de custos aumentará devido à expectativa de alta do preço dos agrotóxicos.

MME / ASCOM .